vinetur

Cooperativas sicilianas pedem 50 milhões de euros para salvar o setor vitivinícola da ilha

As organizações querem que o orçamento regional financie destilação de crise, apoios aos produtores e capitalização das cooperativas, após um corte de 19 milhões de euros

terça-feira, 17 de novembro de 2026



As principais organizações cooperativas da Sicília pedem ao governo regional que afete pelo menos 50 milhões de euros no próximo orçamento para apoiar o setor vitivinícola da ilha. Alegam que as adegas e os viticultores precisam de ajuda imediata para fazer face aos excedentes de stocks, aos preços baixos e ao aumento dos custos.

O apelo foi tornado público a 12 de novembro pela AGCI, Confcooperative, Legacoop, UNCI e UNICOOP. As organizações afirmaram que o montante deveria cobrir três prioridades: destilação de crise para reduzir os excedentes de vinho, apoios diretos aos produtores de vinho ao abrigo do regime de minimis da UE e medidas para reforçar os capitais próprios das adegas cooperativas, permitindo-lhes investir e melhorar o acesso ao crédito.

O pedido surge depois de terem sido retiradas medidas para o setor vitivinícola de um pacote de alterações ao orçamento regional. A 15 de outubro, Gaetano Galvagno, presidente da Assembleia Regional da Sicília, afirmou, com o acordo do presidente regional Renato Schifani, que seriam excluídos 52 artigos das alterações orçamentais, de modo a concentrar os recursos em medidas consideradas mais urgentes. Entre as disposições retiradas estava o artigo 60.º da proposta de lei 1200/A, que reservava 19 milhões de euros para empresas vitivinícolas que são membros de adegas cooperativas e lhes fornecem uvas.

As organizações cooperativas afirmam que essa decisão interrompeu um pacote de apoio que era esperado, numa altura em que muitas adegas enfrentam dificuldades financeiras. Pedem agora à região que transforme a questão num compromisso orçamental firme, em vez de a deixar como mais uma discussão temporária. Michele Cappadona, presidente da AGCI Sicilia, afirmou que a economia produtiva da Sicília não podia continuar a viver com atrasos.

Segundo as organizações, o sistema cooperativo representa cerca de 70% da produção de vinho siciliana e assegura o escoamento das uvas cultivadas por dezenas de milhares de agricultores. A situação financeira das adegas cooperativas é, por isso, importante não só para o rendimento dos viticultores, mas também para a continuidade da produção em vastas zonas vitivinícolas da ilha. Como estas cooperativas representam uma parte tão significativa do vinho siciliano, a sua liquidez,

a gestão dos stocks e a capacidade de investir também podem afetar as condições de abastecimento e a estabilidade comercial de uma parte importante do setor das bebidas.

As organizações têm alertado para a situação há vários meses. Numa audição realizada a 17 de setembro perante a comissão das atividades produtivas da assembleia regional, representantes do setor afirmaram que muitas adegas ainda tinham os depósitos cheios quando começou a nova vindima. Referiram também a descida dos preços e o aumento dos custos da energia e da logística. Já nessa altura, pediam não só medidas de destilação para escoar os stocks, mas também uma intervenção mais estrutural para reforçar os capitais próprios das cooperativas, a capacidade de endividamento e os planos de investimento.

O pedido de 50 milhões de euros combina esses objetivos de curto e longo prazo. A destilação de crise pretende aliviar a pressão dos stocks por vender, retirando do mercado parte do excedente de vinho. Os apoios diretos visariam prestar ajuda imediata aos viticultores. A capitalização das adegas cooperativas teria como objetivo reforçar os balanços das empresas que transformam e comercializam as uvas dos seus membros, permitindo-lhes investir na modernização e na inovação.

O debate alargou-se também a uma disputa política sobre quem deve receber apoios e como estes devem ser estruturados. A Cia Sicilia Occidentale pediu apoios diretos por área para todos os viticultores, além de medidas para as adegas. A 30 de outubro, Stefano Pellegrino, líder da bancada da Forza Italia na assembleia siciliana, propôs integrar a verba de 19 milhões de euros na lei do orçamento regional e redirecioná-la para o rendimento dos produtores, através de um pagamento único calculado com base na área cultivada, combinado com medidas para lidar com os excedentes de stocks.

Isso não pôs fim às críticas. A 13 e 14 de novembro, Dario Safina, do Partido Democrático, e Cristina Ciminnisi, do Movimento 5 Estrelas, afirmaram que a proposta do governo não incluía medidas específicas para o setor vitivinícola. Pellegrino respondeu que as medidas seriam recuperadas durante o debate parlamentar, com apoios diretos aos produtores e ações para fazer face aos excedentes.

As organizações por detrás do apelo de 12 de novembro defendem um pacote mais abrangente do que aquele que foi inicialmente discutido em outubro. Consideram que proteger o rendimento dos viticultores e reforçar as adegas cooperativas são objetivos interligados, uma vez que estas são o principal canal de transformação e comercialização das uvas dos seus membros. Na sua perspetiva, limitar o apoio a apenas uma parte da cadeia não seria suficiente para estabilizar o setor.

O governo regional e os deputados estão agora sob pressão para decidir se o pacote para o setor vitivinícola voltará a constar da lei do orçamento e em que moldes. A resposta será importante para muito mais do que uma única rubrica das contas regionais. A Sicília é uma das mais importantes regiões produtoras de vinho de Itália, e o futuro das suas adegas cooperativas poderá influenciar a rapidez com que os viticultores recebem, a forma como são geridos os excedentes de stocks e a capacidade do setor para continuar a investir na produção e na comercialização.